

## ENTREVISTA COM VIVIANE TRINDADE BORGES

[vivianetborges@gmail.com](mailto:vivianetborges@gmail.com) | <https://orcid.org/0000-0002-7576-7789>

### Arquivos marginais e suas trajetórias subalternas em manicômios e nas prisões

Marginal archives and their subaltern trajectories in psychiatric hospitals and in the prisons

Archivos marginales y sus trayectorias subalternas en manicomios y en las prisiones



Em entrevista à Reciis, Viviane Trindade Borges conta sobre sua trajetória acadêmica norteadas pelas práticas, histórias de vida e experiências em instituições de internamento/confinamento – como manicômios, leprosários e prisões – que ela estuda por meio de arquivos nelas encontrados. Para a pesquisadora, os documentos provenientes desses lugares “de sequestro”, como se refere Foucault a essas instituições, dizem respeito a memórias não reivindicadas e a eventos controversos marcados por traumas e violações de direitos humanos. Em suas pesquisas, a historiadora traz à tona trajetórias obscuras, anônimas e trágicas de sujeitos colocados à margem, ao descaso e levados ao esquecimento. Na entrevista, a cientista ressalta a exigência de um posicionamento ético na recuperação de histórias reveladas em arquivos marginais, de modo que não se limite à estigmatização e/ou à exotização; comenta sobre o seu entendimento do conceito de arquivo marginal e a importância da comunicação histórica que permite ativar memórias, interagir e elaborar visões sobre o passado que ainda reverberam no presente. Viviane Trindade Borges é Professora Associada da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

**Palavras-chave:** Documentos; Arquivos Marginais; Memória; Comunicação; Saúde; Comunicação pública.

In an interview given to Reciis, Viviane Trindade Borges tells us about her academic trajectory guided by her practices, life histories and experiences in places where minors are not allowed to leave for a period of time and in others confinement institutions – as psychiatric hospitals, lazar houses and prisons – which she studies by means of archives found in them. For the researcher, the documents coming from the “kidnapping institutions”, as Foucault refers to these places, relate to unclaimed memories and to controversial events characterized by traumas and violations of human rights. Through her researches, the historian brings up gloomy, anonymous, tragic and marginal trajectories of subjects placed on the margins of the society, treated with disregard and led to the forgetfulness. In the interview, the scientist emphasizes the ethical behaviour required for the recovery of stories revealed in marginal archives, so that it is not limited to stigmatisation and/or exoticisation; she comments on her understanding of the concept of marginal archives and on the importance of historical communication that enables activating memories, interacting and elaborating images about the past that still reverberate in present. Viviane Trindade Borges is Associate Professor at UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina (Santa Catarina State University).

**Keywords:** Documents; Marginal archives; Memory; Communication; Health; Public communication.

En una entrevista concedida a la Reciis, Viviane Trindade Borges nos cuenta acerca de su trayectoria académica guiada por sus prácticas, historias de vida y experiencias en instituciones de encierro/ confinamiento – como manicomios, lazaretos y prisiones – que estudia a través de archivos encontrados en ellas. Para la investigadora, los documentos provenientes de estas “instituciones de secuestro”, como Foucault se refiere a esos lugares, son concernientes a memorias no reivindicadas y a eventos controvertidos caracterizados por traumas y violaciones de derechos humanos. En sus investigaciones, la historiadora descubre trayectorias oscuras, anónimas, trágicas y marginales de sujetos puestos al margen, tratados con desprecio y entregues al olvido. En la entrevista, la científica resalta el deber de una posición ética en la recuperación de las historias reveladas en archivos marginales, para que no se limite a la estigmatización y/o a la exotización; comenta su forma de entender el concepto de archivo marginal y la importancia de la comunicación histórica que permite activar memorias, interactuar y elaborar visiones sobre el pasado que aún resuenan en el presente. Viviane Trindade Borges es Profesora Asociada en la UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina (Universidad del estado de Santa Catarina).

**Palabras clave:** Documentos; Archivos marginales; Memoria; Comunicación; Salud; Comunicación pública.

---

## INFORMAÇÕES

**Entrevistador:** Roberto Abib.

**Fotografia:** Acervo pessoal.

**Licença CC BY-NC atribuição não comercial.** Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

## Reciis: Poderia nos contar sobre sua trajetória na pesquisa dedicada, sobretudo, à história das práticas institucionais de confinamento/internamento?

**Viviane Trindade Borges:** Eu me formei pela extinta Faculdade Porto-Alegrense de Educação (Fapa) que formava professores para ensino fundamental e médio. Fui fazer história para ser professora. Na época, trabalhava durante o dia como auxiliar de escritório (desde os 15 anos) e estudava à noite. Na Fapa não havia ofertas de bolsas de iniciação científica (IC), os professores eram horistas, não tinham hora de pesquisa, era uma universidade particular com valores bem populares. Alguns professores foram fundamentais na minha trajetória, como Vera Barroso – coordenadora do Arquivo do Centro Histórico-Cultural Santa Casa (CHC) que ministrava uma disciplina chamada ‘Museologia’, o que me ajudou a pensar o lugar onde fui fazer estágio em patrimônio cultural; e Isabel Bilhão – professora e pesquisadora nos cursos de graduação e pós-graduação em Educação e em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), que em um trabalho de sua disciplina no Rio Grande do Sul me disse: “isso que você escreveu daria um projeto de mestrado”.

Posso dizer que minha trajetória como pesquisadora começou no quarto semestre da graduação em história, quando iniciei um estágio, nessa área, no Centro de Documentação e Pesquisa do Hospital Colônia Itapuã – em Viamão, Rio Grande do Sul. O Hospital Colônia Itapuã, antigo leprosário, construído na década de 1940, fica localizado na cidade de Viamão, a cerca de 50 quilômetros de Porto Alegre. Lá por volta de 28 ex-hansenianos, internados de forma compulsória entre os anos 1940 e 1960, ainda habitam o lugar que já abrigou aproximadamente 2.400 pessoas. Vestígios da política varguista de controle da doença, então conhecida como lepra, os leprosários foram espalhados pelo Brasil em 33 instituições que, em sua maioria, mantiveram a situação de confinamento até a década de 1980, período em que foram transformadas em hospitais gerais ou manicômios.

Esta experiência mudou minha vida para sempre – muitas vezes sinto esse efeito em alguns dos meus bolsistas quando iniciam a pesquisa relacionada ao projeto Arquivos Marginais. O lugar, um antigo leprosário criado em 1941, que havia recebido pacientes psiquiátricos provenientes do Hospital Psiquiátrico São Pedro nos anos 1970. Eu não imaginava que um lugar assim poderia existir. Quem coordenava o Centro de Documentação e Pesquisa do Hospital Colônia Sant’Ana (Cedope/HCS) era a Arselle da Fontoura – historiadora no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), unidade da Secretaria de Cultura e Turismo de Joinville e professora e pesquisadora na Universidade da Região de Joinville (Univille). Por lá estagiei, na mesma época que eu, alguns colegas como Juliane Serres, professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Everton Quevedo, pesquisador da UNIMED/RS – Federação das Cooperativas Médicas do Rio Grande do Sul. Foram dois anos e meio, período em que aprendi sobre a história da hanseníase e da psiquiatria, em que pude fazer história oral com pacientes, participar da organização do Centro, do trabalho de salvaguarda da documentação, do quadro de arranjo do arquivo, da criação de exposições. Dessa experiência resultou minha dissertação de mestrado sobre um centro de reabilitação para pacientes psiquiátricos. Fiz mestrado e doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a orientação de Benito Bisso Schmidt, o que me permitiu pensar o lugar da biografia na história dos lugares que pesquiso.

A pesquisa desenvolvida na minha dissertação de mestrado Loucos nem sempre mansos, depois transformada em livro (BORGES, 2012), traz a Colônia Itapuã e o centro agrícola de reabilitação, que recebeu internos do Hospital Psiquiátrico São Pedro nos anos 1970, um projeto que visava reabilitar os pacientes através do trabalho agrícola. Pensei no contexto em que atuavam esses personagens, suas possibilidades e seus limites, as experiências anteriores que eles precisavam levar em conta. Então aqui já estavam as práticas institucionais e as histórias de vidas atravessadas pela experiência de internamento. Para isso, fiz uso da história oral com médicos, atendentes e pacientes – hansenianos e psiquiátricos – e

ainda analisei prontuários, o que me deu uma base muito sólida e, ao mesmo tempo, sensível e ética para tratar com essas temáticas marginais.

No doutorado, quis prosseguir na temática das instituições, mas pensando uma trajetória apenas, e uma que fosse bem conhecida. Então entrei no universo de Arthur Bispo do Rosário e da Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro. Defendi minha tese intitulada 'A invenção de Bispo do Rosário, também publicada como livro (BORGES, 2019). O que norteou essas pesquisas – e minha trajetória como pesquisadora – se baseou em noções foucaultianas de práticas discursivas e não discursivas, sujeito, enunciado e invenção de si.

Defendi a tese em 2010 e no mesmo ano fui aprovada no concurso da Udesc para a disciplina de Patrimônio Cultural. Quando ingressei nessa universidade, quis saber sobre a história das instituições de confinamento em Santa Catarina e, então, fui atrás dos trabalhos de Sandra Caponi (professora da UFSC), Eliani Costa (doutora em história da enfermagem pela UFSC) – e também fui atrás dos arquivos. E então, em 2011, visitei o Hospital Colônia Sant'Ana (HCS), onde Eliani Costa trabalhava, uma instituição que guardava acervo incrível – de prontuários e livros de registro de pacientes.

Em seguida, criei o projeto de extensão Arquivos Marginais ([www.arquivosmarginais.com](http://www.arquivosmarginais.com)), que vem atuando na organização de acervos de instituições de isolamento social. Entre 2011 e 2014, o projeto fez levantamento de dados e organização do acervo do Hospital Colônia Santana, criando um Centro de Memória dentro da instituição. Em 2012, o projeto passou a atuar junto à Penitenciária de Florianópolis, antiga Penitenciária da Pedra Grande, apoiando as atividades desenvolvidas pelo Memorial da Penitenciária mediante a criação de uma exposição. Em 2013, por intermédio do projeto, os prontuários de detentos (de 1930 até 1979) foram doados ao Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH) – <https://www.udesc.br/faed/idch>, da Udesc para que fossem salvaguardados com o apoio das atividades do projeto, trabalho este que segue no presente.

Na atualidade, o Projeto Arquivos Marginais permite dar continuidade a temáticas que tenho me dedicado desde a graduação e que me trouxeram para Santa Catarina, inaugurando uma nova agenda de pesquisa no estado. O centro das pesquisas tem sido ampliar as discussões a respeito do patrimônio carcerário, fazendo uso do acervo de prontuários de presos da Penitenciária de Florianópolis, um acervo de inestimável valor histórico salvaguardado pelo IDCH, contribuindo para sua salvaguarda e difusão, colocando Santa Catarina em diálogo com outros estados e países, permitindo o diálogo transnacional com Portugal, França e Itália. Tudo isso tem gerado produtos de inestimável valor acadêmico e social.

O acervo da Penitenciária de Florianópolis, sobre o qual tenho me debruçado, lança uma nova luz à história das prisões, propondo o contato com fontes inéditas e/ou pouco exploradas. Intenciono, nesta etapa da pesquisa, aprofundar a busca das reverberações das noções lombrosianas na América Latina nos prontuários de presos da Penitenciária de Florianópolis, um conjunto de cerca 4.200 documentos pertencentes ao IDCH. Neste sentido, cabe mencionar que acabo de enviar novo projeto ligado ao tema ao Edital Pró-humanidades do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tendo como colaboradores colegas de renome nacional, como Marcos Bretas (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Fernando Salla (Núcleo de Estudo da Violência/Universidade de São Paulo), Sandra Caponi (UFSCP, e internacional, como Philippe Artière (Institut de recherche interdisciplinaire sur les enjeux sociaux – IRIS), Pauline Peretz (Institut d'Histoire du Temps Présent – IHTP), entre outros. Conta também com a colaboração de instituições não acadêmicas, como o Museu Penitenciário Paulista e o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, com o intuito de ponderar a respeito das temáticas dos escritos de presos.

A relevância dos projetos que coordeno está também na intenção sempre presente de alcançar um público mais amplo, por exemplo, por meio da criação de roteiros de *podcasts* para uma das temporadas do Histórias Marginais, uma ação de extensão coordenada pelo Programa Arquivos Marginais que trabalha

de forma a complementar os projetos de pesquisa<sup>1</sup>. Os roteiros, transformados em material em forma de áudio, são disponibilizados em plataformas *online* - <https://open.spotify.com/episode/6ZNIjIPb9JjtptUS5TgDrQ?si=ede676369034c98> (cada episódio tem duração média de 15 minutos), e centram em trajetórias apreendidas a partir de uma documentação variada ligada às instituições de isolamento. A proposta, com o apoio do Programa de Pesquisa Universal da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc/Universal), tem roteiros baseados nos registros analisados pelas pesquisas que realizamos. Cumpre-se assim uma função social importante, utilizando uma linguagem artística e um suporte midiático muito caro ao grande público, possibilitando que o trabalho acadêmico tenha um alcance social mais amplo, difundindo o debate e a história ligados às prisões. Essas histórias serão canais de comunicação histórica que permitem ativar memórias a respeito de sujeitos invisibilizados, e de participação, a partir do entendimento da história pública como uma plataforma social na qual diferentes sujeitos – a partir de seus lugares e repertórios – interagem e elaboram visões sobre o passado.

É importante salientar que esse projeto só é possível devido à consolidação das práticas de história pública no âmbito da Udesc. O projeto está ligado ao Laboratório de História Pública e Patrimônio Cultural (LabHPac), coordenado por minha colega, Janice Gonçalves, que abarca estudos, pesquisas e ações que pensam as variadas formas de produção e difusão do conhecimento histórico e de narrativas de caráter histórico nos espaços públicos, para e, sobretudo, com diferentes sujeitos (tenham ou não perfil acadêmico). O projeto também está conectado as atividades do Laboratório de Imagem e Som (LIS, <https://www.udesc.br/faed/lis>) através da parceria com o colega Rogério Rosa Rodrigues. O LIS propõe uma série de ações de difusão histórica através de experiências audiovisuais. Existe, portanto, uma busca pela interação direta com grupos e comunidades, a exploração de diferentes linguagens e formas de expressão e a elaboração de reflexões sobre as múltiplas e complexas conexões entre memória e história, que estão entre as pautas programáticas da história pública. Estas questões se potencializam pelo foco do Programa de Pós-Graduação em História da Udesc (<https://www.udesc.br/faed/ppgh>) – o qual atualmente coordeno – o tempo presente, propondo a construção de um conhecimento comprometido que também chegue a um público mais amplo, problematizando, entre outras coisas, as disputas políticas contemporâneas que mobilizam experiências históricas em suas pautas.

**Reciis:** Em sua tese, você se debruça sobre a história de Arthur Bispo do Rosário, por meio de uma discursividade que se constitui em dizibilidades e visibilidades num movimento enunciativo polissêmico e em dispersão. Poderia nos contar um pouco mais sobre essa contribuição?

**Viviane Trindade Borges:** No doutorado, como mencionado anteriormente, quis seguir na temática das instituições, mas pensando isso a partir de apenas uma trajetória, uma que fosse bem conhecida. Por isso entrei no universo de Arthur Bispo do Rosário e da Colônia Juliano Moreira, onde ele passou parte da vida internado, no Rio de Janeiro. Na tese, a trajetória de Arthur Bispo do Rosário (1909-1989) é apresentada por meio de uma análise enunciativa, mostrando a maneira como a personagem se delineia de diferentes formas, conforme o olhar de quem a apreende, de quem a toma e a institui como objeto. Portanto, poderia ser entendida como uma biografia tecida a partir de enunciados. Procurei analisar como loucura, arte e

---

<sup>1</sup> Iniciado em 2011, o Arquivos Marginais (AM) assume uma perspectiva ligada à história pública, propondo atividades colaborativas de salvaguarda e difusão histórica, como organização de acervos, exposições, criação de conteúdo digital, podcasts, publicações, eventos e cursos, destinados à comunidade acadêmica e ao público em geral. O projeto vem incentivando a integração entre a universidade, a comunidade em geral e as instituições e seus sujeitos, contribuindo para sua desestigmatização. Temas como loucura, hanseníase, prisões são trazidos para o debate dentro universidade, impulsionando uma formação profissional que reconheça e respeite a diversidade e que combata a discriminação, estimulando a reflexão a respeito da reintegração social de grupos discriminados divulgando o conhecimento histórico e realizando ações de difusão cultural.

patrimônio cultural se entrelaçam para compor a capacidade artística e a genialidade de um sujeito tido como único, que engendraria em suas criações todas as referências da arte contemporânea. Bispo não é o produtor central dos acontecimentos que analiso, mas sim o resultado de uma batalha discursiva. Não existe um único Bispo anterior às tramas discursivas que buscam representá-lo, um sujeito fundante, um ponto de partida que inauguraria seus gestos e palavras. O que existe são diferentes Bispos, produzidos pelos discursos que o apreenderam. Para demonstrar isso, como fontes de estudos acadêmicos, utilizei documentos institucionais, entrevistas, poemas, sambas-enredo, fotografias, reportagens, inventários, peças de teatro, e suas obras, hoje tidas como arte, são tomadas como monumentos que procuram dizer quem foi Arthur Bispo do Rosário.

Bispo morreu em julho de 1989, na Colônia Juliano Moreira, antigo manicômio carioca, depois de cerca de 50 anos entre idas e vindas marcadas por fugas e internamento compulsório. No seu atestado de óbito, consta a seguinte observação: “Deixa bens: ignorado”. Em 1992, um novo discurso afirma que não só Bispo deixou bens, mas que os 802 objetos são “manifestações de um artista genial” e, portanto, patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro. E, em 19 de setembro de 2018, o Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), decidiu, por unanimidade, tornar o Acervo Arthur Bispo do Rosário Patrimônio Cultural do Brasil (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASILEIRO, 2018).<sup>2</sup> Essa consagração vem depois de anos em que Bispo – famoso no exterior – teve as obras ameaçadas por cupim e umidade. Veio depois de quase 50 anos de internamento sem receber visitas. E só após a briga entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a de Japaratinga, sua cidade natal em Sergipe, pelos restos mortais do artista – então enterrado como indigente no antigo manicômio, os bens, antes ignorados, tornaram-se patrimônio cultural brasileiro.

Para Bispo não era arte, tampouco patrimônio – era sua obrigação: recriar o universo através de miniaturas à espera do Juízo Final – o que lhe conferiu o diagnóstico de esquizofrenia e um longo internamento. As obras de Bispo pertencem a um museu, o Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea, que fica dentro daquele que já foi um dos maiores hospitais psiquiátricos do país, a Colônia Juliano Moreira. Localizado no bairro da Taquara, em Jacarepaguá, uma região periférica da cidade do Rio de Janeiro, cerca de uma hora de carro do centro da cidade. Uma região marcada por histórias de exclusão e marginalização. Além do hospital psiquiátrico, bem próximo dali está localizado o antigo leprosário, o Hospital Curopaiti. Por estas razões, o Museu se coloca como um espaço de resistência e reinvenção.

Sigo pensando sobre Bispo – estou terminando um artigo que retoma a ideia de pensar o processo de patrimonialização de Bispo – uma das questões que trabalhei na tese – por que, em 2018, as obras de Bispo se tornaram Patrimônio Cultural do Brasil? As 802 peças foram inscritas no Livro do Tombo das Belas Artes, devido a seu ‘valor artístico’. Nesse artigo, eu problematizo sobre a possibilidade de tombamento também por seu valor histórico – pois preservar somente por seu valor artístico acaba por neutralizar a capacidade do ato administrativo trazer à tona questões complexas que permitam que a loucura não seja apenas um epíteto para qualificar as peças produzidas por um artista tido como louco.

### **Reciis: Como você compreende a relevância dos estudos biográficos para a compreensão das condições históricas e sociais?**

**Viviane Trindade Borges:** Minhas pesquisas trazem à tona trajetórias de vida a fim de pensar as práticas institucionais e a experiência de confinamento. São vidas infames, como colocado no texto poético de Foucault (2010, p. 203) “vidas breves, encontradas por acaso em livros e documentos”; “existências-

<sup>2</sup> IPHAN, Processo de Tombamento do Acervo de Arthur Bispo do Rosário/Rio de Janeiro/RJ - Processo 1 842-T-1 8 (01450.001 794/201 8- 21). (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2018).

relâmpagos”, que chegam até nós, por vezes, de forma fragmentada e devido à sua passagem por instituições de aprisionamento, internamento – portanto, capturadas talvez no pior momento de suas existências.

Minha intenção é problematizar sobre a capacidade desses fragmentos de “poemas-vida” serem usados como estratégias para promover a discussão pública sobre temas sensíveis (Quadrat, 2018).<sup>3</sup> Como vidas obscuras trazidas ao debate público por historiadores e historiadoras podem transcender a mera vontade de celebrar existências notáveis e/ou exóticas, marcadas por estereótipos e trazer discussões mais amplas? A biografia foi ressignificada pelo debate historiográfico, a partir dos anos 1980, como um instrumento privilegiado na construção do conhecimento histórico, ampliando as possibilidades do *métier* de historiador. As composições de novas perspectivas metodológicas e epistemológicas foram discutidas no exterior por autores como Sabina Loriga e Philippe Levillain e, no Brasil, por Mary Del Priore, Alexandre de Sá Avelar, Benito Bisso Schmidt, Ricardo Santhiago, entre outros. Essas discussões também são acompanhadas por pesquisas que se aventuram em arquivos pessoais, mas principalmente nos arquivos menores, das pessoas comuns e dos marginalizados, como fazem Arlette Farge e Phillipe Artière. Entendo a biografia como uma possibilidade de promover debates públicos amplos, como uma possibilidade de fazer história pública. Trato dessas questões em um capítulo escrito em parceria com Ricardo Santhiago da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp): *Entre redescobertas e emergências: história pública e escritas biográficas no tempo presente*, publicado no livro ‘O fio que se faz trama: a história do tempo presente e a responsabilidade na pesquisa histórica’ (RODRIGUES *et al.*, 2022).

O projeto Arquivos Marginais faz isso através de exposições e podcasts, por exemplo – claro que produzo artigos acadêmicos e oriento teses e dissertações – mas entendo que meu papel como historiadora é transcender o campo acadêmico. Atualmente tenho pensado sobre biografia – ou fragmentos biográficos – a partir de escritos de presos. Acabo de escrever um texto para um catálogo do Museo di Antropologia Criminale Cesare Lombroso, – <https://www.museolombroso.unito.it/en/> em Turim (Itália), sobre o tema escritos de presos, em coautoria com Philippe Artière, o que me deixou muito honrada visto que Artière é uma referência incrível na área, com seus estudos sobre escritos dos indesejáveis, é alguém cujo trabalho e a inserção nos debates do tempo presente admiro muito. Ele contribuiu para a renovação da abordagem tradicional dos arquivos – pensando os arquivos como experiências.

Minhas pesquisas procuram trazer à tona trajetórias obscuras, anônimas, trágicas, marginais, o que exige um posicionamento ético a fim de que estas não sejam recuperadas às custas de sua exotização. Lidamos com arquivos e fontes sensíveis, que tratam diretamente da vida de sujeitos marginalizados. Por essa razão, todos os projetos de pesquisa que envolvam os documentos da Penitenciária de Florianópolis, salvaguardados pelo IDCH, precisam ser submetidos à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (Plataforma Brasil).

O Projeto Arquivos Marginais propôs a noção que o nomeia a partir do compromisso ético de refletir sobre existências atravessadas por diferentes experiências institucionais, buscando caminhos para a discussão pública sobre temas incômodos. O uso dessas fontes, sua salvaguarda e divulgação requer cautela e sensibilidade quanto à disponibilização de informações e dados pessoais que possam comprometer e/ou prejudicar os envolvidos e/ou seus familiares. Cuidados éticos que exigem adaptações narrativas, como, por exemplo, a utilização de pseudônimos para evitar a identificação dos indivíduos que viveram a experiência de confinamento/internamento e/ou dos seus familiares. A intenção do projeto é trazer ao debate público vidas atravessadas pela experiência de internamento/confinamento, por meio de relatos de

---

3 Quadrat menciona o crescimento do uso da expressão “temas sensíveis da História” como forma de identificar eventos traumáticos e/ou catastróficos, ligados principalmente ao século XX “como o Holocausto, o apartheid, o genocídio em Ruanda e as ditaduras civil-militares da América Latina, dentre outros”. Temas ligados a passados que não passam, conferindo à expressão um alargamento passível de abarcar situações ligadas aos excluídos, aos desviantes, envolvidos em situações que exigem, entre outras coisas, um tratamento ético e moral do pesquisador, capaz de gerar empatia em sua vontade de mediar passados incômodos.

suas histórias, de seus escritos, de seus vestígios, do que produziram e do que sobre elas foi produzido pelo escrutínio institucional. Preservando suas identidades mediante a anonimização, mas transformando suas experiências em possibilidades de compreensão das práticas institucionais. Nas ações propostas sempre afloraram vidas marcadas por estigmas e que, por diferentes razões, foram atravessadas pelo espaço institucional. Essas existências foram ora o fio condutor, ora o ponto de chegada das ações e pesquisas propostas. Histórias pessoais podem conectar indivíduos com diferentes trajetórias de vida, validando a biografia como um elemento na promoção da tolerância e no esfacelamento de estigmas. Acho que essas são as principais contribuições que a pesquisa ligada aos arquivos institucionais pode trazer a sociedade.

Minha motivação para recuperar trajetórias anônimas perpassa uma vontade de história pública e, para isso, busco utilizar recursos e metodologias próprios, visando às possibilidades de divulgação histórica, à preocupação em transcender os muros acadêmicos, ampliando audiências. Com certeza, a redescoberta de existências singulares em lugares de confinamento e sua apreensão biográfica não é nenhuma novidade. Contudo, as biografias e autobiografias, sobretudo aquelas ligadas à recuperação de memórias individuais e coletivas, subalternas, possibilitaram que testemunhos ligados a passados e indivíduos excluídos fossem acionados como possíveis releituras de processos históricos, com a intenção de fazer emergir episódios não narrados ou narrados a partir de outras perspectivas (RUFER, 2010). Emergências que atuam como vetores e ajudam a acionar outros grupos e lugares incômodos, permitindo a discussão pública a respeito de temas desafiadores e questões sociais latentes.

### Reciis: Como você compreende a expressão Arquivos Marginais?

**Viviane Trindade Borges:** Acabo de escrever um capítulo, a convite de Luciana Heyman, sobre o que entendo por Arquivos Marginais. É interessante que o projeto que criei, há mais de 10 anos como projeto de extensão, tenha se tornado um verdadeiro laboratório de pesquisas sobre temas ligados às instituições de isolamento. Acho que já não se trata mais de uma expressão, mas de um conceito. As existências trazidas à tona pelas ações desenvolvidas pelo Projeto Arquivos Marginais foram atravessadas por experiências em hospitais psiquiátricos, prisões e leprosários. O Projeto Arquivos Marginais volta-se para temáticas ligadas a estes lugares, aos seus arquivos, às práticas institucionais, aos direitos humanos e ao patrimônio cultural. O trabalho é realizado com o apoio à salvaguarda de acervos e da pesquisa criteriosa, além de ações de extensão e de divulgação histórica. Do ponto de vista cronológico, como disse anteriormente, o projeto deu início às suas atividades em 2011, pouco tempo depois de visitar o HCS e ter acesso à documentação lá preservada. Uma das atividades mais instigantes desse trabalho foi a identificação de parte do acervo fotográfico da instituição, com participação de bolsistas e alunos da Udesc. Em 2012, o já mencionado apoio do projeto ao Memorial existente na Penitenciária de Florianópolis se deu realizando a exposição denominada ‘O tempo abre as portas a quem sabe esperar’. Outras atividades visando à preservação e à utilidade desse tipo de documento continuam a ser desenvolvidas e podem ser vistas no site [www.arquivosmarginais.com](http://www.arquivosmarginais.com), criado em 2022, que reúne todo o trabalho feito em pouco mais de 10 anos.

O uso da categoria arquivo marginal tem sido proposto pelo projeto de extensão de mesmo nome que, através de diferentes ações, se propõe a ‘escarafunchar’ arquivos que abrigam documentação sobre indivíduos que involuntariamente foram apreendidos por instituições de controle, ou por sequestro social (como prisões, manicômios, leprosários, unidades de internação de menores em conflito com a lei etc.). São vestígios que se referem a instituições e a grupos sociais à margem da sociedade, quase sempre vindos de classes subalternas, com baixa escolaridade, sem acesso à imprensa ou a meios de comunicação. Arquivos que remetem a memórias dificilmente reivindicadas por aqueles diretamente envolvidos. A passagem dos indivíduos por instituições como prisões, hospitais psiquiátricos, leprosário, reformatórios, não costuma

ser reclamada por familiares, que têm dificuldades de falar sobre a experiência, que causa desconforto e instiga estigmas no presente.

O projeto Arquivos Marginais tem como objeto desde os processos individuais (ou prontuários) e outros documentos oficiais criados pelas demandas cotidianas até as obras produzidas nas oficinas ou de forma espontânea durante ou após o confinamento. Com sorte, é possível encontrar rastros que mostram as reapropriações e a experiência da prisão a partir do olhar daqueles diretamente envolvidos. Talvez o que torne ainda mais ricos esses arquivos sejam mesmo essas produções pessoais deixadas pelos internos, como cartas, bilhetes, diários e obras de arte. Vestígios que possuem uma dimensão sensível, expressões de e sobre seres humanos em privação de liberdade. Esses vestígios são parte das diferentes experiências de confinamento, de presos comuns, presos da repressão política, jovens em conflito com a lei etc. (VIMONT, 2014; BORGES, 2018c).

Os arquivos provenientes de instituições de sequestro dizem respeito a lugares e memórias não reivindicadas, a eventos históricos controversos, marcados por traumas e violações de direitos humanos, mas frequentemente acionados por diferentes grupos preocupados em reativar, denunciar, estudar e reatualizar as memórias ligadas a tais episódios. Dizem respeito a indivíduos colocados à margem, apreendido por instituições que sobre eles produziram uma massa documental também ela relegada muitas vezes ao esquecimento, apagamento e descaso.

Os arquivos marginais abrigam histórias geralmente não compartilhadas, que não dizem respeito ao heroico. São ‘arquivos de fronteira’, que podem incluir “séries de memórias de criminosos produzidas no âmbito das formidáveis oficinas em que os estabelecimentos penitenciários se tornaram, por iniciativa conjunta de juízes e criminologistas” (CHAUVAUD; PETIT, 1998, p. 16). Boa parte desses registros se perdem com a destruição das edificações e/ou com o descuido em relação à proteção de acervos. Outros, quando o suporte permite o deslocamento, chegam aos museus e arquivos prisionais, muitas vezes, de forma anexa à documentação oficial e ainda carecendo de estudos que permitam sua identificação. Para além da fragilidade frente a ausência de políticas de preservação, a carência de informações sobre a procedência dos acervos é uma constante.

Um exemplo que acho interessante é o caso da pesquisa que realizei no meu pós-doutoramento em 2019, na Universidade de Coimbra. Minha intenção inicial era analisar o patrimônio prisional<sup>4</sup> português, mas os caminhos trilhados pela pesquisa acabaram conduzindo a uma investigação biográfica motivada por 20 quadros localizados no Arquivo Histórico e Núcleo Museológico da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais de Lisboa.

Pinho, o pintor, era o nome artístico de José Joaquim de Almeida, nasceu em 1927 na Praia da Granja, em Vila Nova de Gaia – e o tema dos quadros é a infância vivida em diferentes reformatórios<sup>5</sup>. Os quadros são fortes e mostram a infância entre os anos 1930 e 1940 em instituições precárias, insalubres. A pesquisa rendeu livro e exposição; a repercussão acabou motivando uma matéria no jornal português *Público* (janeiro de 2022), assinada pela jornalista Alexandra Prado Coelho e intitulada “Os misteriosos quadros dos meninos de uniformes azuis” (COELHO, 2022).

Ocorreu algo muito interessante para compreender o que entendo por arquivo marginal. No Facebook da revista *Ípsilon*, um dos cadernos do Jornal *Público*, a reportagem sobre Pinho foi publicada em 19 de

4 Sobre o patrimônio prisional ver: Borges, 2018b, 2018c; Borges; Santos, 2019, 2020.

5 José Joaquim de Almeida passou pelo Colégio dos Carvalhos, pela Tutoria de Menores do Porto e pelo Reformatório de Santa Clara, instituições que motivaram os quadros depositados no arquivo da Penitenciária. As fontes relacionadas a estes lugares se perderam ao longo dos anos e a família não consegue precisar o período que Pinho permaneceu em cada um destes lugares, sabe apenas que teria sido entre os 6 e os 14 anos. A razão para o internamento é social: a mãe de Pinho, abandonada pelo pai, não possuía condições para criá-lo. Cabe salientar que a mãe não o abandonou nos reformatórios, permanecendo em contato durante todo o período e sendo amparada por ele na velhice.

janeiro de 2022 e suscitou mais de 60 comentários, um deles motivado por um dos primeiros postados: “Interessante vir escarafunchar nos arquivos portugueses. Não basta a miséria que tem no Brasil?”<sup>6</sup>

Os comentários são revestidos por desconfortos centrados em duas questões: o fato de uma brasileira ter ido a Portugal “escarafunchar” arquivos incômodos, e o fato de a investigação ter trazido à tona uma história cercada por mazelas. Os comentários mostram que o ato de ‘escarafunchar’ arquivos trouxe à tona uma história marginal. Pensar as especificidades dos acervos que permitem acessar histórias como as de Pinho exige um esforço de propor outras possibilidades metodológicas.

Foucault chama determinados espaços de instituições de sequestro e mostra como elas se multiplicaram ao longo do século XIX e objetivavam três funções imbricadas: o controle do tempo, do corpo e da produção de um saber a respeito dos indivíduos submetidos ao olhar controlador. São instituições especializadas, segundo ele, “as fábricas feitas para produzir, os hospitais, psiquiátricos ou não, para curar, as escolas para ensinar, as prisões para punir, o funcionamento destas instituições implica uma disciplina geral da existência que ultrapassa amplamente as suas finalidades aparentemente precisas”, controlando toda a existência dos indivíduos (FOUCAULT, 2013, p. 116). Instituições que apreendem compulsoriamente os indivíduos, ao retirá-los do espaço familiar ou social mais amplo, proporcionando um período de internamento que visa moldar suas condutas, disciplinar seus comportamentos. Todas essas características compreendem a categoria que chamo arquivo marginal, ligada a uma documentação variada produzida dentro de instituições de sequestro para registrar o fluxo de objetos e de pessoas.

Quero destacar que o projeto Arquivos Marginais tem possibilitado a formação de recursos humanos, e esta é uma de suas principais contribuições, da qual muito me orgulho. O projeto tem um histórico de bolsistas de IC e de extensão que seguem seus estudos ligados à temática no mestrado e doutorado, como é possível ver no nosso *site*. Apenas alguns exemplos bem recentes: Carolina de Wit entrou como voluntária, foi bolsista de IC e extensão, virou vice-coordenadora do Projeto, fez mestrado na Udesc sob minha orientação, sobre a questão das mulheres encarceradas, e acaba de ser aprovada para o programa de História da Berkeley (University of California, Berkeley, nos EUA), para cursar seu doutorado, seguindo com a temática dos estudos prisionais. Estamos finalizando a seleção de novos discentes no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Udesc e duas alunas que foram IC do projeto AM, Dhuna Teixeira e Julina Rössler, acabam de ingressar como mestrandas – com temas ligados à história das prisões em Santa Catarina. Também nessa seleção, o primeiro aluno de IC do projeto AM, ainda em 2011, Jonas do Nascimento, ingressou como doutorando para estudar a patrimonialização da loucura no Brasil. Existem outros casos em anos anteriores, o que é algo extremamente positivo e mostra a importância do projeto na formação de recursos humanos. Temos uma preocupação em realizar ações colaborativas que envolvam os estudantes na experiência de pesquisa e criação de produtos, como no trabalho de criação de *podcasts* sobre Histórias Marginais, que estão no *spotify* e acabam de virar livro Histórias Marginais (BORGES; DE WIT, 2023).

Em 2021, quando levei um exemplar do livro Pinho (BORGES, 2021) à Dona Henriqueta, viúva do artista, ouvi dela que meu trabalho tornou possível que fizesse as pazes com aquele passado sobre o qual não gostava de falar, segundo me havia dito, em um primeiro encontro nosso em 2019. Em 2022, ao vê-la emocionada na exposição Pinho<sup>7</sup>, explicando quadro por quadro à ministra portuguesa da saúde, pude

6 Comentário publicado em ÍPSILON (2022).

7 Entre abril e março de 2022, Pinho teve uma exposição de suas obras no Pavilhão 31, galeria criada dentro do Hospital Júlio de Matos, em Lisboa, sob a curadoria da agência Manicômio. A exposição teve significativa repercussão, contando a visita da Ministra da Saúde, Marta Temido, em sua inauguração. Durante a exposição “Pinho”, um QR-Code permitia que os visitantes tivessem acesso à história de Pinho. O episódio Pinho é parte da série de podcasts Histórias Marginais realizados pelo Projeto Arquivos Marginais e trata de vidas atravessadas por experiências de internamento/confinamento em prisões, reformatórios e hospitais psiquiátricos. O projeto é coordenado pelo Arquivos Marginais. Para ouvir os episódios: <https://open.spotify.com/show/6Pw1em7TNiBbTLKBqQzHC?si=44fac7dccc405419e>.

perceber a dimensão de ter ‘escarafunchado’ o passado dos outros, em outro país. A categoria arquivo marginal pode ajudar a propor caminhos para pensar trajetórias como a de Pinho nos reformatórios, dando novos contornos a memórias atravessadas pela experiência institucional de internamento/aprisionamento.

**Reciis: Como você percebe a contemporaneidade em que vivemos no que se refere aos sentidos das instituições de confinamento/internamento e às histórias marginais? E suas implicações sobre o estudo do arquivo, memória e saúde?**

**Viviane Trindade Borges:** Entendo que estudar essas instituições a partir de seus arquivos nos permite uma visão de dentro para fora, o que nos possibilita compreender práticas institucionais. Muitos dos temas que colocamos em perspectiva mostram processos históricos que ainda reverberam no presente. Cito dois casos distantes mais de oitenta anos no tempo que apresentei recentemente no evento *A History of Constant Reform: Crime and Punishment in the Twentieth Century*, ocorrido na Universidade de Friburgo, na Suíça, no início de junho deste ano (BORGES, 2023).

Em setembro de 2022, um desembargador brasileiro foi condenado por ataque discriminatório a um advogado. “Durante uma discussão nas redes sociais por diferenças políticas, o desembargador citou as características físicas do advogado”, afirmando ser ele um “Meliante confesso. Filho inequívoco da teoria lombrosiana. Testa larga, lóbulos auriculares volumosos e tendências à dentição prognata” (GENTILE, 25 nov. 2022). Oitenta e dois anos antes, o então diretor da penitenciária de Florianópolis fez uso da mesma teoria para analisar dados estatísticos relacionados aos presos (RELATÓRIO..., 1940). Com base na teoria da degeneração, o diretor afirmou que o ‘mulato’ era o tipo que mais cometia delitos, visto sua ‘predisposição ao crime’. Para o jurista, os considerados pardos ou mulatos, oriundos da mistura de raças, teriam uma maior tendência à criminalidade. Os mulatos, sendo o fruto da “hereditariedade mórbida” de caracteres de grupos étnicos diversos, “geralmente degeneram”, pois eram “avessos à disciplina e imorais”. Nos dois casos, as características físicas tornavam os indivíduos meliantes confessos. Os exemplos distantes no tempo são capazes de evidenciar os passados presentes na história das prisões.

Não é o panóptico de Bentham, retomado por Foucault, o modelo de poder disciplinar que perpassa os países colonizados, mas sim a definição biologizante do psiquiatra italiano Cesare Lombroso, que no século XIX fortaleceu a premissa da inferioridade biológica dos delinquentes, dos grupos e indivíduos incômodos (ZAFFARONI, 1991; SEGATO, 2021 p. 3033). Respaldados por uma suposta neutralidade científica foi (e continua sendo) autorizada a reprodução de ‘todos os estereótipos e preconceitos’.

A história das prisões é marcada por sintomas de passados tortuosos que não passam (ROUSSO, 2016) por questões que continuam, como fantasmas, a povoar o tempo presente, evidenciando as fissuras daquilo que segue como um problema social insolúvel. No Brasil, país cuja população prisional, com base nos dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen de 2016, ultrapassou o número de 700 mil pessoas, o que representa um aumento de 70% em relação ao total registrado no início da década de 1990, as teorias biodeterministas foram amplamente aceitas na primeira metade do século XX, atendendo a governos autoritários. Na atualidade ainda é possível perceber seus ecos. Recentemente, estudos voltados para o desenvolvimento de algoritmos associam a aparência da pessoa com a criminalidade (TEM..., 2020), colocando Lombroso novamente sob os holofotes da ciência. Portanto, problematizar as práticas institucionais, ponderar sobre quem são os indivíduos que povoam as instituições de confinamento, é um tema atual e permite desnaturalizar teorias revestidas de caráter científico que reiteram estereótipos.

Outra questão para a qual gostaria de chamar a atenção é sobre a salvaguarda dos arquivos e sua relação com as questões éticas que a pesquisa exige. No que diz respeito aos prontuários de presos, de internos de instituições psiquiátricas, reformatórios etc., mesmo que tenham sempre no centro o indivíduo confinado,

reúnem documentos ‘externos’, como os da polícia, do judiciário, requisições do advogado, cartas da família (e algumas vezes dos próprios presos); e documentos ‘internos’, ou seja, da própria prisão, como as fichas de cadastro, fotografias, registros escolares, exames médicos, psicológicos, registro de tatuagens, registros disciplinares, entre outros. Esse conjunto de documentos variados, ‘externos’ e ‘internos’, que compõem o prontuário de cada um, fazem ‘falar’ os indivíduos e as instituições.

Portanto, muitos documentos contidos nos prontuários podem nos ensinar como funcionam as instituições do sistema de justiça criminal de um determinado período. É, também, por meio de tais documentos que podem ser identificadas as práticas de gestão institucional, como são e eram conduzidas as vidas dos sujeitos, como se dão os conflitos cotidianos e como são administrados. Nos prontuários se podem captar trajetórias de sujeitos que passariam anônimos em suas vidas, mas que sobre eles recai o peso das instituições de controle social.

Se, por um lado, os prontuários permitem compreender muito bem como funcionam as instituições de controle social, como se organizam, como constroem narrativas sobre elas mesmas e sobre os sujeitos confinados, por outro lado, os prontuários precisam ser analisados também pelos vazios, pelos vácuos, pelas ausências de informações, de meios de expressão dos confinados, pelo silêncio que em geral é imposto à sua própria narrativa.

Apesar de ser uma fonte importante para os estudos prisionais, o uso dos prontuários de internos tem sido bastante limitado nas pesquisas no Brasil (SALLA; BORGES, 2017). Fato que se deve não à negligência dos pesquisadores, mas antes e acima de tudo à perda desse material, à pouca preocupação das autoridades com a sua preservação e, conseqüentemente, com o seu constante desaparecimento das instituições. São raros os registros sequenciais de longa duração de prontuários de presos comuns, o que restringe as pesquisas que possibilitem a elaboração de um panorama geral sobre a vida carcerária em determinado período em diferentes estados brasileiros. Fernando Salla e eu estamos escrevendo um livro sobre o uso dessas fontes na pesquisa histórica e sociológica, que deve sair no próximo ano.

A maior parte dos prontuários das primeiras décadas de funcionamento da Penitenciária do Estado de São Paulo, por exemplo, se perdeu – contudo, alguns pesquisadores, como o já citado Fernando Salla, que é autor de ‘História das Prisões em São Paulo’,<sup>8</sup> teve acesso a esses arquivos quando ainda estavam disponíveis na década de 1990, mesmo que em condições precárias. A análise dos prontuários dos presos, mostrava que a instituição – tida como moderna e exemplar – quando vista de dentro para fora era marcada por todos os vícios das demais instituições penais do país: um cotidiano tenso, cheio de conflitos e injustiças. São fontes que tratam dos presos comuns, condenados por crimes que não envolviam motivações políticas (FORTI, 2021). Indivíduos com pouca ou nenhuma escolaridade, sem/ou pouca alfabetização, sem acesso à imprensa, à justiça ou aos espaços de participação política. Parece ter se criado o consenso que autoriza que a memória do encarceramento se refira somente aos presos políticos, fortalecendo uma atitude de indiferença em relação aos presos comuns, que se traduz em abusos naturalizados, acervos e memórias não preservadas, sendo escassas as fontes que documentam a passagem desses presos pela prisão (DRAPER, 2015; BORGES, 2022).

Outra questão é que o acesso a essas fontes implica questões éticas que já mencionei – como a não identificação dos envolvidos e/ou familiares, fazendo uso de iniciais e/ou de pseudônimos. A memória, como exercício político, exige uma relação responsável com os episódios, sujeitos e tragédias invisibilizadas (RUFER, 2010). Essa relação traz constantes embates éticos, e um deles diz respeito à decisão de nomear ou tornar anônimos os indivíduos com experiências institucionais. De forma geral, entendemos que o uso de pseudônimos ou iniciais é o melhor caminho, pois segue recomendações éticas das instituições e do Comitê de ética, tornando a anonimização uma barreira para identificação dos sujeitos e/ou familiares.

8 SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1999.

Mas em alguns casos existem outras especificidades. No que tange à hanseníase, por exemplo, existe um movimento forte de lutas por direitos e reparação que levam muitos indivíduos a desejarem o reconhecimento de suas experiências e a demandarem a divulgação de seus nomes. No caso de pacientes psiquiátricos, temos exceções como Bispo do Rosário, cuja existência foi revirada por pesquisadores de diferentes áreas e seu nome está em artigos, teses e dissertações – além de documentários.

No caso das prisões e dos prontuários de presos da Penitenciária de Florianópolis, a série de podcasts Histórias Marginais é uma possibilidade desse reconhecimento. O formato é o de *story telling* não ficcional, criando um pacto com o ouvinte que procura aquilo que move muito da curiosidade humana, o famoso *based on a true history*. O gênero da primeira temporada pode ser classificado como *true crime*, crimes baseados em casos reais. Mais que isso, trata-se de episódios totalmente construídos a partir de fontes históricas – principalmente os prontuários e escritos de presos. Uma experiência auditiva voltada principalmente para jovens ingressantes nos cursos de história – tratando da configuração de um novo produto a partir da pesquisa histórica, mas também para um público amplo interessado na temática.

Como se trata de uma documentação que contém informações pessoais e, portanto, sigilosas, o acesso é regulado pelos princípios da privacidade e da confidencialidade. Isso significa dizer que as pesquisas com prontuários devem passar por comitês de ética em pesquisa – e isso inclui nosso podcast, aprovado em 26 de abril de 2021 (parecer 4.670.48). Atendendo a preocupações éticas, em nossos episódios, usamos somente pseudônimos. Na primeira temporada, nossos personagens são chamados por nomes de prisões do Brasil e do exterior, indicando que essas histórias marginais poderiam fazer parte de qualquer um desses lugares.

O *podcast* História Marginais conta com temporadas de cinco episódios oriundos de prontuários da Penitenciária de Florianópolis, um episódio bônus e três comentários de especialistas da área. Na temporada Escritos efêmeros, os episódios foram intitulados: Recortes de jornal, Legítima defesa da honra, Indivíduos pervertidos, Tipos à parte, Escrevo-lhe estas linhas, e o episódio bônus Os meninos de uniformes azuis. O episódio bônus trata sempre de vidas ligadas a outros espaços institucionais, trazendo histórias e experiências que se passaram em outros estados e/ou países. As histórias de vida são acionadas para tratar de temas mais amplos como gênero; fronteira entre crime e loucura; imprensa e crime; e menores em conflito com a lei.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Viviane Trindade. **A invenção de Bispo do Rosário**: loucura, arte e patrimônio cultural. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

BORGES, Viviane Trindade. A muralha cinzenta e o pórtico majestoso: o processo de patrimonialização do Complexo Penitenciário do Carandiru. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 28, p. 241-262, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2022v280312>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/vGCjxkSVpLkbnV9YxSkC5gP/?lang=pt>. Acesso em: 7 jun. 2023.

BORGES, Viviane Trindade. A patrimonialização e suas contradições: o patrimônio prisional na França do tempo presente. **Anos 90** (online), Porto Alegre, v. 25, p. 213-241, 2018a.

BORGES, Viviane Trindade. Como a história pública pode contribuir para a preservação dos patrimônios difíceis? In: MAUAD, Ana; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane (org.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018b. p. 85-100.

BORGES, Viviane Trindade. **Loucos nem sempre mansos**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

BORGES, Viviane Trindade. **Marginal Histories: Archives and Prison History in Latin America (1930-1980)**. 2023 Trabalho apresentado ao A History of Constant Reform: Crime and Punishment in the Twentieth Century, Fribourg, 6-7 jun. 2023.

BORGES, Viviane Trindade. Memória pública e patrimônio prisional: questões do tempo presente. **Tempo e argumento**, Florianópolis, v. 10, p. 310-332, 2018c. DOI: <https://doi.org/10.5965/217518031023201831>. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/217518031023201831>. Acesso em: 7 jun. 2023.

BORGES, Viviane Trindade. **Pinho**. 1. ed. Lisboa: The Manicómio Agência, 2021. v. 50. 84p.

BORGES, Viviane Trindade; DE WIT, Carolina (org.). **Histórias Marginais**: um *podcast* sobre histórias reais atravessadas por experiências institucionais. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

BORGES, Viviane Trindade; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O patrimônio prisional: estética do sofrimento, fetiche e reflexão. **Todas as Artes**: Revista Luso-Brasileira de Artes e Cultura, Porto, v. 2, p. 92-97, 2019.

BORGES, Viviane Trindade; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Patrimônio carcerário (prisional). In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas: Unicamp, 2020.

CHAUVAUD, Frédéric; PETIT, Jacques-Guy. **L'histoire contemporaine et les usages des archives judiciaires (1800-1939)**. Paris: H. Champion, 1998.

COELHO, Alexandra Prado. Os misteriosos quadros dos meninos de uniformes azuis. **Público**. Maia. 19 jan. 2022. Livros. Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/01/19/culturaipilon/noticia/misteriosos-quadros-meninos-uniformes-azuis-1992376>. Acesso em: 16 fev. 2023.

DRAPER, Susana. Against depoliticization: prison-museums, escape memories, and the place of rights. **Memory Studies**, New York, v. 8, n. 1, p. 62-74, 2015.

FORTI, Andrea. Agência de presos políticos: diferentes estratégias de resistência nos cárceres paulistas durante a ditadura militar. In: GALEANO, Diego; CORRÊA, Larissa Rosa; PIRES, Thula (org.). **De presos políticos a presos comuns**: estudos sobre experiências e narrativas de encarceramento. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV**: Estratégias, poder-saber. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 203-222.

GENTILI, Rogerio. Desembargador aposentado é condenado por ataque discriminatório a advogado. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 25 nov. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/rogeriogentile/2022/11/desembargador-aposentado-e-condenado-por-ataque-discriminatorio-a-advogado.shtml>. Acesso em: 23 jun. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASILEIRO. IPHAN. **Acervo Bispo do Rosário é o mais novo Patrimônio Cultural do Brasileiro**. Brasília, 19 ago. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4835/acervo-bispo-do-rosario-agora-e-patrimonio-cultural-do-brasil>. Acesso em: 20 set. 2018.

ÍPSILON. [Pinho]. Lisboa, 19 jan. 22 Facebook: Ipsilon.FB. [Comentário] Disponível em: [https://www.facebook.com/IpsilonFB/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/IpsilonFB/?locale=pt_BR). Acesso em: 8 jun. 2023.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Ata da 89ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2018. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/ata\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/ata(3).pdf). Acesso em: 8 jun. 2023.

QUADRAT, Samantha. É possível uma história pública dos temas sensíveis no Brasil. In: MAUAD, Ana; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane (org.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 213-220.

RELATÓRIO DO DIRETOR DA PENITENCIÁRIA. (Arquivo Público De Santa Catarina). 1940.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

RUFER, Mario. Memoria sin garantías: usos del pasado y política del presente. **Anuario de Investigación 2009**. México DF: UAM-X, CSH, Educación y comunicación, 2009. p. 107-140

SALLA, Fernando; BORGES, Viviane Trindade. Prontuários de instituições de confinamento. In: RODRIGUES, Rogério Rosa. (org.). **Possibilidades de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 115-136.

SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane. Entre redescobertas e emergências: história pública e escritas biográficas no tempo presente. In: RODRIGUES, Rogério *et al.* **O fio que se faz trama**: a história do tempo presente e a responsabilidade na pesquisa histórica. Vitória: Milfontes, 2022.

SEGATO, Rita. A cor do cárcere na América Latina. Notas sobre a colonialidade da justiça em um continente em desconstrução. In: SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

TEM CARA DE MAU: o polêmico programa informático que prevê quem será um criminoso só pelo seu aspeto. **Diário de Notícias**, 29 jun. 2020. Disponível em: <https://www.dn.pt/vida-e-futuro/tem-cara-de-mau-o-polemico-programa-informatico-que-preve-quem-sera-um-criminoso-so-pelo-seu-aspeto-12364903.html>. Acesso: em 10 fev. 2023.

VIMONT, Jean-Claude. **La prison**. À l'Ombre des hauts murs. Paris: Gallimard, 2014.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. **Em busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.